

# **RURALIDADES, URBANIDADES E A TECNICIZAÇÃO DO RURAL NO CONTEXTO DO DEBATE CIDADE-CAMPO**

## **RURALITIES, URBANITIES AND THE RURAL'S TECHNICALIZATION IN THE CONTEXT OF CITY-CAMP ISSUE**

**Luciano Zanetti Pessôa Candiotta**

Prof. do Curso de Geografia da UNIOESTE, Camp. Francisco Beltrão  
Membro do Grupo de Estudos Territoriais (GETERR/UNIOESTE)  
Doutorando em Geografia pela UFSC / Bolsista CAPES-PICDT  
lcandiotta@unioeste.br

**Walquíria Kruger Corrêa**

Prof. dos Cursos de Graduação e Pós-graduação em Geografia da UFSC  
kiriakc@hotmail.com

**Resumo:** Os conceitos de rural e urbano / campo e cidade vêm sendo amplamente utilizados na Geografia e em outras ciências para evidenciar características socioespaciais peculiares, de modo que tais conceitos estão cristalizados nos mais diversos grupos sociais. O debate acadêmico em torno das interpretações do rural/urbano também é antigo, porém nos dias atuais, vem sendo renovado a partir de novos eventos e ações que vão se inserindo e modificando o que até então, era facilmente entendido como rural ou como urbano. Sabendo dessa maior complexidade do espaço geográfico, bem como das dificuldades em identificar e delimitar o espaço rural do urbano, o presente artigo busca apresentar os fundamentos das correntes de interpretação da relação cidade-campo, e discutir alguns conceitos que, em nossa opinião, podem contribuir para esse debate. Para tanto, trabalhamos com os conceitos de *tecnificação* do espaço, ruralidades e urbanidades.

**Palavras-chave:** Rural. Urbano. Tecnicização. Ruralidades. Urbanidades.

**Abstract:** The concepts of rural and urban / farm and city are being used in Geography and other sciences to evidence social and spatial specific characteristics. Such concepts are crystallized in the most several social groups. The academic debate around the interpretations of rural/urban is also old, and it's being renewed starting from new events and actions that are interfering and modifying what were easily understood as rural or as urban. Considering the actual complexity of geographical space, as well as the difficulties to identify and to define the rural space of the urban, the present article try to present the foundations of the currents interpretation of the relationship city-camp, and discuss some concepts that, in our opinion, can contribute to the debate. Thus, we worked with the concepts of space's technicalization, ruralities and urbanities.

**Key-words:** Rural. Urban. Technicalization. Ruralities. Urbanities.

## Introdução

Historicamente, os conceitos de rural e urbano / campo e cidade vêm sendo amplamente utilizados na Geografia e em outras ciências para evidenciar características socioespaciais peculiares, de modo que tais conceitos estão cristalizados nos mais diversos grupos sociais.

Com a emergência do meio técnico-científico-informacional a partir dos anos 1970 (SANTOS, 1996), decorrente dos avanços da técnica e de sua irradiação no espaço geográfico, a dinâmica socioespacial vem se complexificando, ao ponto de ser cada vez mais difícil separar o que é rural do que é urbano.

O debate acadêmico em torno das interpretações do rural/urbano também é antigo, porém nos dias atuais, vem sendo renovado a partir de novos eventos e ações que vão se inserindo e modificando o que até então, era facilmente entendido como rural ou como urbano.

Sabendo dessa maior complexidade do espaço geográfico, bem como das dificuldades em identificar e delimitar o espaço rural do urbano, o presente artigo busca apresentar os fundamentos das correntes de interpretação da relação cidade-campo, e discutir alguns conceitos que, em nossa opinião, podem contribuir para esse debate. Para tanto, trabalhamos com os conceitos de *tecnicização* do espaço, ruralidades e urbanidades.

## O rural contemporâneo

Tradicionalmente, a Geografia vem utilizando os conceitos de espaço urbano para se referir às cidades, ou seja, a aglomerações com alta densidade populacional e técnica, e de espaço rural para as demais áreas não urbanizadas e, de alguma forma, ocupadas, porém com uma pequena densidade populacional. Todavia, o debate acerca das definições e características do urbano e do rural permanece intenso e controverso.

Marques (2002) atribui relevância à terra e aos elementos naturais como característicos do espaço rural.

O espaço rural corresponde a um meio específico, de características mais naturais do que o urbano, que é produzido a partir de uma multiplicidade de

usos nos quais a terra ou o “espaço natural” aparecem como um fator primordial, o que tem resultado muitas vezes na criação e na recriação de formas sociais de forte inscrição local, ou seja, de territorialidade intensa. (MARQUES, 2002, p. 109).

Outro aspecto indicado pela autora diz respeito à questão da identidade local, ou seja, a maior territorialidade dos atores rurais em relação aos urbanos. Marques também utiliza uma publicação de Kayser que define o espaço rural como um modo particular de utilização do espaço e da vida social. Os atributos definidores do rural para Kayser envolvem a baixa densidade populacional e técnica; o predomínio de paisagens com vegetação, e de atividades agro-silvo-pastoris; e uma forte identidade territorial coletiva, que busca afirmar o rural como espaço distinto do urbano.

No que tange ao espaço urbano, entendemos que este decorre de uma densificação populacional no espaço, da inserção de objetos técnicos (tecnicização), e da racionalidade técnica, que percebe, nas aglomerações populacionais, possibilidades para o desenvolvimento de cidades e, conseqüentemente, facilidades para concentração da produção e da circulação de mercadorias, pessoas, atividades e capital. Ademais, cabe a ressalva de que toda paisagem/espaço considerado urbano, ou seja, toda cidade, sempre se sobrepõe ao rural ou ao “natural”. Assim, todo urbano já foi rural, mas nem todo rural será urbano.

Carlos (2003) apresenta importantes considerações sobre a delimitação rural/urbano nos dias atuais. Para a geógrafa, “urbano” e “rural”, longe de serem meras palavras, são conceitos que reproduzem uma realidade social concreta. A simples delimitação espacial do que se acredita ser urbano ou rural nos diz muito pouco sobre os conteúdos do processo de urbanização brasileira, no momento atual.

Apesar da complexificação do espaço geográfico em virtude do avanço das técnicas e da densificação de objetos técnicos, e considerando a diversidade de opiniões sobre como caracterizar, classificar e interpretar as relações entre o urbano e o rural, acreditamos ser válido trabalhar com os conceitos de urbano e rural, pois não achamos pertinente abandoná-los. O espaço urbano e o espaço rural são, contudo, cada vez mais dinâmicos e interligados, sendo necessários avanços teórico-metodológicos para sua interpretação, fato que conduz a um amplo debate, que procuraremos resumir aqui.

### Interpretações sobre a relação cidade/campo

De forma geral, existem duas correntes interpretativas sobre a relação campo/cidade (MARQUES, 2002). Uma delas é a famosa visão dualista e dicotômica, de oposição entre rural e urbano, onde o campo refletiria o atraso, enquanto a cidade corresponderia ao progresso, ao moderno. A outra corrente é a do *continuum* rural-urbano, fundamentada na idéia de que o avanço do processo de urbanização é responsável por mudanças significativas na sociedade em geral, atingindo também o espaço rural e aproximando-o da realidade urbana.

A concepção dualista predominou por décadas no Brasil, porém, nos dias atuais, há uma ampla aceitação da corrente do “*continuum* rural-urbano”, pois esta se encontra mais adaptada à dinâmica espacial contemporânea.

O conceito de *continuum* rural-urbano permite identificar a proximidade e a continuidade espacial entre o meio rural e o urbano, e reforça a constituição de identidades referidas às diferenças espaciais e o sentimento de pertencimento ao meio rural. (WANDERLEY, 2000, p. 107).

Dentro da corrente do *continuum*, muito debatida e utilizada na atualidade, Wanderley (2002) resalta a existência de duas interpretações, sendo a urbano-centrada, defendida por Rambaud, que aponta para a homogeneização espacial e social, e para o fim da realidade rural; e outra, que considera o *continuum* rural-urbano como uma relação que aproxima e integra dois pólos extremos. Nesta última, mesmo considerando as semelhanças e a continuidade entre o rural e o urbano, as relações entre campo e cidade não excluem as particularidades, não representando o fim do rural. Essa visão é adotada por Wanderley (2002), Alentejano (2003), Carneiro (1999), entre outros.

No Brasil, destaca-se o conceito de *rurbano* como referência à urbanização do rural, apresentado por José Graziano da Silva. A ênfase dada por Graziano da Silva é de uma urbanização física do rural, em função da inserção de novas atividades econômicas, sobretudo as não agrícolas. Na visão do pesquisador, tais atividades vêm conduzindo ao “novo rural”.

As novas dinâmicas em termos de geração de emprego e renda no meio rural brasileiro têm origem urbana, ou seja, são impulsionadas por demandas não-agrícolas das populações urbanas, como é o caso das dinâmicas imobiliárias por residência no campo e dos serviços ligados ao lazer (turismo rural, preservação ambiental, etc.). (GRAZIANO DA SILVA, 2001, p. 44).

Alentejano (2003) também enfatiza a abordagem de Graziano da Silva, amplamente difundida no Brasil. De acordo com Graziano da Silva (1997), há um duplo processo de urbanização do campo brasileiro, caracterizado pela expansão da produção urbana para setores modernizados da agricultura; e pela expansão de atividades tipicamente urbanas para áreas de agricultura modernizada.

Para Rodrigues (2001, p. 441), “o que caracteriza o novo rural é o fato de não envolver apenas atividades agropecuárias e agro-industriais. Novas atividades surgem dando ao campo funções que ele não tinha anteriormente”. Essas atividades não agrícolas estariam ligadas à indústria, à prestação de serviços diversos e à busca do rural pela população urbana para o lazer, o descanso e a residência.

Graziano da Silva (1997) coloca que o novo rural é composto por quatro subconjuntos:

- agropecuária moderna, vinculada às agroindústrias, formando os complexos agroindustriais;
- conjunto de atividades de subsistência, bastante rudimentares. Sem-sem (trabalhadores sem nada/excluídos);
- conjunto de atividades não agrícolas, ligadas ao lazer, moradia, e várias atividades industriais e de prestação de serviços;
- “novas” atividades agropecuárias, voltadas a um mercado menor e mais sofisticado (criação de aves exóticas e outros animais para alimentação e venda. Ornamentação com espécies vegetais - flores).

Lima (2005) apresenta críticas à abordagem de Graziano da Silva, quando este destaca o aparecimento de ocupações não agrícolas como a “salvação da lavoura”. Para Graziano da Silva, foi a possibilidade de obter ocupações e rendas não agrícolas que impediu o abandono das propriedades, sobretudo pelos mais jovens. Deve-se entender, contudo, como bem aponta Lima, que a realidade empírica das pesquisas de Graziano da Silva é eminentemente a paulista, bem diferente de outras regiões do Brasil. Ao se fundamentar no contexto rural do Estado de São Paulo, onde o desenvolvimento do capitalismo é avançado, a abordagem de Graziano da Silva apresenta limitações no que tange ao restante da realidade rural brasileira, bastante heterogênea.

Alentejano (2003) entende que Graziano da Silva importa uma concepção de novo rural dos países de capitalismo avançado, sobretudo da Europa, e que esta

concepção não se encontra adaptada à realidade brasileira. “Não se pode pensar o rural brasileiro nos termos em que é pensado nos países do capitalismo avançado: nossa realidade não dá suporte para uma representação do rural como predominantemente não-agrícola.” (p. 29)

Concordamos com as críticas à abordagem de Graziano da Silva, porém nosso interesse em apresentar a visão do autor reside no fato de este trabalhar com a idéia de *continuum* urbano-rural, na perspectiva urbano-centrada, enfatizando a tendência de urbanização física do espaço rural.

Apesar de também defender a tese de urbanização do rural, Rambaud (1982 apud Wanderley, 2000) acredita que a urbanização do campo corresponderia ao controle das cidades sobre o campo, porém não se constitui necessariamente em uma urbanização física, mas, sobretudo, ideológica<sup>1</sup>. Além de Graziano da Silva e de Rambaud, autores como Lefebvre, Milton Santos, Otavio Iani, Ana Fani Carlos e João Rua, destacam a forte influência do processo de urbanização no campo, apesar de apresentarem diferentes abordagens.

Marques (2002) resgata Lefebvre para trabalhar a relação urbano/rural, mostrando que, para o geógrafo francês, o espaço rural e o urbano são concebidos como partes constitutivas de uma totalidade que se forma na diversidade. Apesar da referência ao rural como espaço singular, que abriga a natureza, Lefebvre percebe o espaço rural cada vez mais envolvido pelo tecido urbano, tecido que, além das cidades, é constituído pelos espaços construídos para a circulação da mercadoria e das pessoas.

[...] o tecido urbano não designa de maneira restrita, o domínio edificado das cidades, mas o conjunto de manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano. (RUA, 2005, p. 50).

Entendemos que esse conceito de tecido urbano amplia a idéia de espaço urbano, pois inclui vias de circulação e outros objetos técnicos que permeiam o espaço rural. Por conseguinte, rodovias, ferrovias, torres de transmissão de informações, redes de energia, entre outros objetos técnicos presentes no espaço rural, corresponderiam ao tecido urbano<sup>2</sup>.

Rua (2005) também se fundamenta em Lefebvre para propor o conceito de urbanidades, principalmente quando considera a urbanização ideológica como mais ampla e eficaz em relação à urbanização física.

Milton Santos (1996) enfatiza a constante modernização e tecnicização da agricultura como um aspecto que aproxima o campo da cidade. “Nas condições atuais do meio técnico-científico, os fatores de coesão entre a cidade e o campo se tornaram mais numerosos e fortes.” (p. 227). Santos atribui maior relevância à cidade como condicionante das transformações socioespaciais no meio rural, ao ponderar que “a agricultura moderna, à base de ciência, tecnologia e informação, demanda um consumo produtivo cuja resposta, imediata, deve ser encontrada na cidade próxima.” (p. 227). Nesse sentido, além de a cidade ter um papel relevante no tipo de produção agrícola, ao demandar determinados produtos, esta, em função das técnicas disponíveis para a produção, armazenamento, acondicionamento e circulação do que é cultivado no campo, influencia as formas de trabalho, produção e comercialização no meio rural.

Com a globalização, a especialização agrícola baseada na ciência e na técnica inclui o campo modernizado em uma lógica competitiva que acelera a entrada da racionalidade em todos os aspectos da atividade produtiva, desde a reorganização do território aos modelos de intercâmbio e invade até mesmo as relações interpessoais. A participação no mundo da competitividade leva ao aprofundamento das novas relações técnicas e das novas relações capitalistas. (SANTOS, 1996, p. 242).

Santos (1996) destaca a racionalidade hegemônica como o grande fator de difusão das técnicas, de transformação do espaço geográfico, seja no campo ou na cidade, e, conseqüentemente, como um aspecto determinante do predomínio do meio técnico-científico-informacional. Todavia, ao afirmar que “a racionalidade não pode se exercer plenamente se a materialidade não oferecer as condições técnicas” (p. 234), o autor não deixa de atribuir relevância às coisas (elementos da natureza) e aos objetos técnicos presentes anteriormente nos lugares, como fundamentais para o exercício e fortalecimento dessa racionalidade. Assim, existe uma racionalidade que é hegemônica, uma razão global, de modo que é possível percebê-la em todos os lugares através do domínio exercido pelos agentes hegemônicos do capital.

A busca incessante por produtividade leva ao maior uso da técnica no campo, a uma padronização da produção agropecuária e, por conseguinte, à redução da biodiversidade dos ecossistemas. Ao pautar-se no lucro ilimitado, a lógica do mercado global ignora e compromete a riqueza natural dos ecossistemas mundiais, ampliando os problemas da humanidade em relação à qualidade ambiental do planeta.

Plantas e animais já não são herdados das gerações anteriores, mas são criaturas da biotecnologia; as técnicas a serviço da produção, da armazenagem, do transporte, da transformação dos produtos e da sua

distribuição, respondem ao modelo mundial. [...] o todo é movido pela força (externa) dos mitos comerciais, essa razão do mercado que se impõe como motor do consumo e da produção. (SANTOS, 1996, p. 242).

Desta forma, para Santos (1997, p. 96), “a racionalidade perversa se instala com mais força no campo”, pois o campo responde aos interesses do capital de forma mais rápida que na cidade. Assim, as áreas de agricultura moderna se tornam mais vulneráveis que as cidades, em função da menor quantidade de atores sociais envolvidos e dos interesses em comum desses atores propagadores da agricultura tecnicizada. Por conseguinte, tais áreas são facilmente comandadas pelos atores hegemônicos.

Considerando as mudanças socioespaciais decorrentes da globalização, Carlos (2003) aponta para uma nova dinâmica no campo, haja vista que nossa época se caracteriza pela constituição da sociedade urbana realizando-se num espaço mundial, articulado, mas profundamente hierarquizado. Isso não significa, no entanto, que o campo deixe de existir, mas que ele se articula agora num outro plano ao conjunto do território, com outras particularidades. As atividades voltadas ao turismo no campo, por exemplo, encaminham nesta direção.

Diante dessa nova realidade, a de que o campo agora se articula num outro plano ao conjunto do território, a questão que se reveste importância, na realidade, é qual o conteúdo do processo de urbanização, hoje, e quais as estratégias que apóiam o processo de reprodução continuada da cidade e do campo – no plano econômico, político e social. Assim, se, de um lado, a gestação da sociedade urbana vai determinando novos padrões que se impõem de fora para dentro, pelo poder da constituição da sociedade de consumo, num espaço-tempo diferenciado e desigual, de outro aponta que a realidade produzida é profundamente desigual, revelando a dialética do mundo (CARLOS, 2003).

Iani (1996) chega a tomar uma posição radical em relação à questão urbano-rural em tempos de globalização, ao destacar a dissolução do mundo agrário e a incorporação generalizada da urbanização como modo de vida. Com o “desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no mundo, ocorre uma crescente e generalizada transformação das condições de vida e trabalho no mundo rural. [...] a tecnicização, maquinização e quimificação dos processos de trabalho e produção no mundo rural expressam o industrialismo e o urbanismo” (p. 16/17). Conseqüentemente, a sociedade agrária perde sua importância quantitativa e qualitativa no jogo das forças sociais, pois o mundo agrário já está emaranhado pela atuação das empresas e corporações agroindustriais.

Considerando o poder do capital hegemônico, traduzido nas corporações transnacionais e no processo de globalização, Iani decreta o fim da contradição cidade e campo, pois, segundo ele, nos dias atuais o mundo agrário transforma-se em conformidade com as exigências da industrialização e da urbanização.

A revolução que a globalização do capitalismo está provocando no mundo agrário transfigura o modo de vida no campo, em suas formas de organização do trabalho e produção, em seus padrões e ideais socioculturais, em seus significados políticos. Tudo que é agrário dissolve-se no mercado, no jogo das forças produtivas operando no âmbito da economia, na reprodução ampliada do capital, na dinâmica do capitalismo global. (IANI, 1996, p. 52).

Iani (1996) também se refere à ampla dependência do campesinato e da pequena produção ao capital globalizado, traduzidos na articulação com grandes empresas agropecuárias. “A pequena produção continua a ser importante no conjunto da vida sócio-econômica no mundo agrário. Entretanto, essa encontra-se em geral determinada pelas exigências da grande produção.” (1996, p.49).

Apesar de concordarmos que a racionalidade técnica vigente que invade o campo, abordada por Santos (1996), é comandada por corporações, firmas e atores sociais vinculados ao modelo de desenvolvimento urbano-industrial, não acreditamos na tese sobre urbanização e industrialização total do campo. Nesse sentido, consideramos exagerada a afirmação de Iani (1996) sobre a dissolução do mundo agrário e sua supressão pelos valores urbanos e industriais.

Outro autor que vem trabalhando com a relação urbano/rural é o geógrafo João Rua (2002 e 2005), ressaltando a entrada de valores urbanos no espaço rural por meio do conceito de urbanidades, porém relativizando as concepções de Iani (1996) e Graziano da Silva sobre um processo de industrialização e urbanização total do campo. Para Rua (2005), o capitalismo integra sem homogeneizar, de modo que o rural não está sendo destruído pela urbanização homogeneizadora. A urbanização e as urbanidades assumem aspectos dominantes em algumas regiões, enquanto são menos intensas em outras.

Fundamentado nas abordagens de Santos e Lefebvre, Rua (2002 e 2005) indica a crescente dependência do rural pelo urbano, entendendo o rural como um espaço incorporado/incorporador ao/do processo de urbanização, integrado ao urbano, mas guardando especificidades. Apesar das especificidades do rural, este tem sua participação intensificada em circuitos e redes sobre os quais não tem poder de decisão.

Rua (2002) também procura diferenciar a urbanização física da urbanização ideológica, apontando que a urbanização ideológica, cultural, extensiva, difusa (chamada de urbanidades), antecipa-se à urbanização física, formal. Rua (2005) entende que há uma escala de urbanização que abrange todo o território, mas também existem outras escalas em que acontecimentos locais terão de ser contemplados nas análises. Assim, portanto, na escala mais ampla (global), ocorre a urbanização ideológica, fruto da *razão global*, e que predomina na *psicosfera* (SANTOS, 1996). Já na escala local existem as leituras particulares desta urbanização ideológica, e sua materialização, que se dá sob forte influência da *tecnosfera*. Desta forma, a urbanização ideológica é mais ampla e impactante que a urbanização física/formal, pois muda comportamentos, tendo forte influência da TV (RUA, 2005) e de outras mídias.

Nesse sentido, Rua (2005) vê como urbanização do campo a incorporação de hábitos de consumo urbanos no meio rural, não sendo necessária e imprescindível a existência de uma urbanização física no espaço rural. Por conseguinte, além da urbanização física/material em partes do espaço rural, há uma urbanização cultural, não material, presente nos indivíduos e grupos que vivem no rural. Esta, mais difícil de ser detectada, é chamada de urbanidades, manifestando-se em primeiro lugar na dimensão social e política (psicosfera), para posteriormente materializar-se por meio de ações e objetos técnicos de caráter urbano (tecnosfera). Assim, Rua busca ultrapassar o corte tradicional rural/urbano tendo por base *novas territorialidades*, que levariam a ruralidades e urbanidades, e estariam vinculadas à dimensão cultural/identitária de indivíduos e grupos sociais. “Desenham-se múltiplas espacialidades/territorialidades (híbridas de urbano e rural), numa integração multiescalar, que marcam o momento atual de (re) significação do rural e da natureza.” (RUA, 2005, p. 54).

Numa perspectiva sociológica, Wanderley (2000, p. 30) se posiciona contra a tese de urbanização do rural, pois vê o “meio rural como um espaço suporte de relações sociais específicas”, como “um singular espaço de vida”. Nessa citação, cabem questionamentos sobre essas especificidades das relações sociais, pois a população rural e o próprio espaço rural são condicionados ao estabelecimento de relações com o meio técnico-científico-informacional e, conseqüentemente, com o espaço urbano. Além disso, a construção do espaço rural não é decorrente somente da ação de indivíduos, grupos e firmas vinculados ao rural.

Apesar dessa ênfase no rural, Wanderley (2000) afirma ser necessário considerar a relação entre a dinâmica interna do rural e sua inserção em uma dinâmica social externa, fato que achamos imprescindível para apreender as limitações e afirmações das especificidades do rural, pois as cidades hoje exercem um domínio financeiro, administrativo e cultural sobre o campo. Como aspectos externos da transformação do meio rural, a autora aponta: a globalização da economia; a presença de instâncias internacionais ou macrorregionais na regulação da produção e do comércio agrícolas; a crise do emprego; as transformações pós-fordistas das relações de trabalho e novas formas de regulação.

Interpretando a abordagem de Wanderley, constatamos que a autora é contra a idéia de urbanização física do espaço rural, porém leva em consideração que o campo está cada vez mais condicionado aos interesses e à racionalidade técnica, concebidas e controladas nas cidades. Defende, contudo, a afirmação do rural como um espaço singular, a partir da revalorização do rural em países europeus, revalorização ligada às representações sociais do espaço rural como meio onde se destaca a natureza, a tranquilidade e um ritmo de vida mais lento. “A afirmação da permanência do rural como espaço integrado, porém específico e diferenciado, é reforçada quando se levam em conta as representações sociais a respeito do meio rural.” (WANDERLEY, 2002, p. 41).

Essa valorização do rural pela sociedade urbana é chamada por Jean (1997 apud Wanderley, 2002) de *revitalização dos espaços rurais*, e, por Kayser, de *renascimento do rural*. Outro autor a destacar uma nova vitalidade social do rural é Mendras, pois hoje o rural é “capaz de atrair a juventude, ao oferecer espaços e ocasiões de lazer e, sobretudo, alternativas profissionais locais” (p. 98/99). Todavia, a realidade empírica desses três autores apontados por Wanderley é a européia, bem diferente da realidade de países periféricos como o Brasil.

Um dos autores que criticam a posição eurocêntrica de Wanderley é Moreira (2005, p. 24), ao ponderar que a realidade brasileira é diferente, de modo que “o surgimento de um novo mundo rural e de novas ruralidades no Brasil carrega a reprodução das desigualdades históricas e pode não representar a cidadania, a democracia e o bem-estar vivenciados nos países avançados”. Considerando que houve uma relativa paridade social entre a população urbana e rural na Europa, Wanderley

(2002) aponta para uma tendência de homogeneidade entre o modo de vida urbano e rural, reduzindo as especificidades sociais de cada um. Como a autora defende, contudo, o rural como espaço singular, esta utiliza como principal argumento de diferenciação as representações sociais da população rural e urbana sobre o espaço rural. Para a maioria da população urbana, a imagem do rural como próximo à natureza passa a desempenhar um papel cada vez mais importante nas representações da sociedade moderna, opondo-se ao artificialismo da vida urbana.

Entretanto, cabe ressaltar que é só a imagem (aparência/simbolismo) do rural que se encontra próximo à natureza, pois, apesar de as paisagens rurais carregarem elementos da natureza, a tecnicização do rural ocorre de forma similar ao urbano, isto é, sem muita preocupação com o funcionamento e estabilidade dos ecossistemas. A degradação ambiental no rural vem sendo intensa desde meados do século XX, quando se iniciou a “Revolução Verde”<sup>3</sup>. Desmatamentos, queimadas, erosão dos solos, assoreamento e contaminação dos recursos hídricos, perda de biodiversidade, emissão de gases poluentes, problemas de saúde nos agricultores, entre outros impactos socioambientais, são exemplos das conseqüências desse processo de modernização da agricultura no Brasil e em outros países.

Assim, entendemos que essa valorização do rural parte da racionalidade hegemônica, racionalidade que, acima de tudo, busca novas formas de acumulação de capital. Na visão de Moreira (2005), a natureza que se concebe como rural é uma realização da cultura; os valores culturais que se concebem como rurais são realizações da cultura hegemônica (metropolitana, citadina e globalizada), que constrói um outro [espaço] não hegemônico (o rural e o agrícola) sob seu domínio.

Além da inserção de novas atividades econômicas no espaço rural (indústrias, serviços, lazer), as representações dos urbanos sobre o rural passam a vincular o meio rural com a natureza e a tranquilidade, valorizando espaços considerados atrasados e restritos à produção agropecuária. Por conseguinte, aumenta o interesse dos cidadãos pelo espaço rural, seja para um passeio ou mesmo para residência (neo-rurais), fato que atribui maior heterogeneidade econômica e social ao espaço rural. Para Wanderley (2002), a diversidade econômica traz consigo a diversidade social aos espaços rurais, e os agricultores passam a ser minoria. Por outro lado, ressaltamos que a diversidade

social também pode conduzir a uma diversificação econômica, como no caso da chegada de neo-rurais.

Com a procura pelas classes privilegiadas das áreas rurais, o campo torna-se o espaço (e objeto) do consumo diferenciado e, por isso, diferenciador de classes e até um indicador de *status* (FREITAS, 2002). Percebemos, portanto, que essa justificativa apontada por Wanderley de ressignificação do rural como algo positivo para manter as especificidades do espaço rural encontra-se mais condicionada aos interesses da população urbana por um rural idealizado e imaginário, do que a uma verdadeira valorização das atividades, dos valores e das manifestações culturais da população rural.

Por conseguinte, várias comunidades rurais, animadas com o interesse pelo rural, procuram resgatar, reinventar ou até inventar costumes, tradições, pratos típicos e objetos característicos do rural. Esse fato pode contribuir para a auto-estima desta e para o aumento da renda familiar, porém, quando se fala de revitalização do rural, é preciso estar atento para as mudanças socioculturais que ocorrem com a população rural.

Na linha da defesa das especificidades do rural e contra a idéia de fim do rural por meio da urbanização, o geógrafo Alentejano (2003, p. 31) considera que “ainda há lugar para o rural como elemento de descrição e explicação da realidade, mas seu significado atual mudou”, pois há uma coexistência espacial entre urbano e rural, gerando interpretações sobre um novo urbano e um novo rural. Na avaliação de Alentejano, “a diversidade é a marca fundamental deste novo rural, onde o capital avança sobre novas realidades (turismo rural, produção agroecológica), buscando apropriar-se delas.” (p. 33).

Apesar de acreditar em uma dinâmica própria do rural, Alentejano (2003, p. 31) reconhece que “a difusão dos meios de comunicação integra as áreas rurais à mesma dinâmica informacional e cultural das cidades”. Mesmo assim, a diferença entre urbano e rural é ressaltada pelo autor através das seguintes afirmações: “enquanto a dinâmica urbana pouco depende de relações com a terra, tanto do ponto de vista econômico como social e espacial, o rural está diretamente associado à terra. [...] [É a] intensidade da territorialidade que distingue o rural do urbano, podendo-se afirmar que o urbano representa relações mais globais, mais descoladas do território, enquanto o rural reflete uma maior territorialidade, uma vinculação local mais intensa”.

Os argumentos de vínculo com a terra e de maior territorialidade apresentados por Alentejano se mostram mais convincentes do que a concepção de base europeia de Wanderley. Considerando, contudo, a heterogeneidade de atores sociais no espaço rural, esse vínculo com a terra e a própria territorialidade precisam ser relativizados e constatados empiricamente, pois a população rural apresenta relações sociais com as cidades e com a ideologia urbana.

Como diferenciais do rural, Alentejano (2003, p. 31) destaca que:

As relações econômicas passam pela importância maior ou menor que a terra tem como elemento de produção, reprodução ou valorização. As relações sociais incluem as dimensões simbólica, afetiva, cultural, bem como os processos de herança e sucessão. As relações espaciais estão vinculadas aos arranjos espaciais de ocupação da terra, distribuição da infra-estrutura e das moradias.

Para Alentejano (2003), é preciso desmistificar as associações entre rural atrasado e urbano moderno, pois o domínio da técnica e da artificialidade não é exclusivo do meio urbano.

Numa perspectiva próxima à de Wanderley, Carneiro (2005) aponta como principais aspectos de mudança do rural a revitalização de localidades rurais com atividades tidas como urbanas; valorização da natureza pela população urbana; incorporação de hábitos e valores da cidade pela juventude rural; valorização do consumo material e simbólico de produtos “naturais”, “rurais” ou “tradicionalistas”.

Entendemos que os aspectos elencados por Carneiro têm origem eminentemente urbana, sendo condicionantes da urbanização física, mas, principalmente, da urbanização ideológica que se instala no campo e carrega consigo a racionalidade técnica. O crescimento de atividades urbanas no espaço rural, apesar de poder ser originário das estratégias de sobrevivência dos próprios agricultores, está vinculado ao interesse da sociedade urbana por paisagens, atividades, produtos e manifestações culturais representativos do espaço rural, e à influência de valores urbanos sobre a população rural, principalmente nos jovens. A valorização da natureza também é um movimento que parte das cidades, tendo no campo um espaço de maior proximidade com a natureza<sup>4</sup>.

Enfim, apesar de concordar que o rural ainda guarda especificidades, e que tais especificidades se apresentam com intensidades diferenciadas nos lugares, não podemos negar a crescente influência da técnica, que, por sua vez, é preponderantemente urbana,

e de suas implicações no espaço rural. Sabendo que a técnica também penetra e modifica o espaço rural, não o transformando necessariamente em espaço urbano, procuramos diferenciar a tecnicização do rural, da urbanização deste espaço.

### **A tecnicização do rural**

Além do debate sobre a urbanização do rural e da inegável influência urbana, seja ela física ou ideológica, - apesar das especificidades do rural apontadas por Marques (2002) e Alentejano (2003) - geralmente há um forte vínculo da urbanização com a industrialização.

Rambaud (1983 apud Lima, 2005, p. 48) afirma que a “indústria pode induzir o processo de urbanização”, provocando no campo “um crescimento tecnológico, a migração de agricultores e a aparição de novos mercados”. Todavia, entende que a atividade industrial “não transforma necessariamente o campo em uma cidade estruturada espacialmente e socialmente. Da mesma forma, a difusão cultural, econômica e política do fenômeno urbano” independe da industrialização. Nesse sentido, acreditamos que há uma diferença entre urbanização/industrialização do campo, e sua densificação técnica, que chamaremos de *tecnicização*, fenômeno mais abrangente e que pode ou não trazer consigo a urbanização e/ou a industrialização do rural.

Entendemos que há uma constante tecnicização do espaço geográfico, fruto de uma maior densidade técnica, seja no espaço urbano, periurbano ou rural. Portanto, antes da industrialização e/ou urbanização do campo, preferimos nos reportar a uma tecnicização do espaço rural, tecnicização que pode ou não conduzir a um processo de industrialização e/ou urbanização.

No rural tradicional, a tecnicização era incipiente, as técnicas eram endógenas e adaptadas às necessidades locais dos grupos sociais. Após a Segunda Guerra Mundial, a tecnicização do espaço rural esteve ligada ao processo de industrialização (a jusante e a montante), que permitiu a mecanização, a quimificação, o beneficiamento e a transformação da produção agropecuária. Hoje, a difusão e a incorporação das técnicas ainda são relativas e desiguais, fazendo com que existam áreas rurais com diversos

graus de tecnicização. O fenômeno técnico e sua racionalidade (SANTOS, 1996), invadiu, porém, todo o espaço geográfico e, conseqüentemente, também o espaço rural.

Em nossa opinião, a tecnicização do campo se dá com a inserção de atores, de ações e de objetos técnicos no espaço rural. Os atores sociais podem ser do próprio espaço rural (agricultores, pecuaristas, trabalhadores rurais), ou de origem e atuação no espaço urbano, que buscam no rural um espaço para descanso (seja por meio da aquisição de segundas residências, ou em atividades de lazer e turismo), trabalho (prestadores de serviços) ou mesmo um espaço para residência (neo-rurais<sup>5</sup>, trabalhadores urbanos que, por diversas circunstâncias, passam a viver no rural). O Estado também é um ator social plural (através de suas instituições, normas e representantes políticos<sup>6</sup>) a tecnicizar ou a incentivar a tecnicização de diversas formas no espaço rural, assim como as firmas e outros grupos que apresentam territorialidades rurais, sejam elas econômicas, políticas ou culturais.

Todos esses atores possuem intencionalidades que levam à execução de ações direcionadas a ampliar a densidade técnica/tecnicização do campo. Tais ações também podem ser de caráter rural (práticas agropecuárias e de manejo dos recursos naturais, estabelecimento de áreas protegidas, organização de atores rurais), urbano (criação de um condomínio fechado, promoção de eventos urbanos, como festas e reuniões, instalação de uma indústria), ou sem essa distinção (instalação de uma escola ou posto de saúde, construção de uma estrada ou ponte, políticas públicas, entre outras).

As ações desencadeadas pelos atores, além de dependerem da existência de objetos técnicos já instalados, levam à inserção de novos objetos técnicos, que, por sua vez, também podem ser de caráter urbano (indústrias, postos de combustível, computadores com internet, antenas parabólicas), rural (plantações, máquinas agrícolas, silos, aviários) ou sem essa distinção (redes de energia elétrica, estradas, escolas).

Fica perceptível que há uma complexificação técnica no rural, fruto da instalação de técnicas, por meio de atores, de ações e de objetos, e do predomínio crescente da racionalidade técnica no rural (que é controlada em parte pelo urbano, e se manifesta com mais intensidade nas cidades). Então, a tecnicização do campo não estaria restrita somente aos objetos (matéria), mas também ao simbólico, ideológico e cultural, ou, como diria Santos (1996), condicionada à *tecnosfera* e à *psicosfera*.

Não obstante, percebemos que há uma diferença entre a tecnicização do espaço rural e a industrialização e/ou urbanização deste. O processo de tecnicização do campo acaba desencadeando a ampliação de valores urbanos, seja através de uma indústria, da prestação de serviços aos cidadãos (comercialização, lazer, turismo), da chegada de novos veículos de comunicação (celular, canais de TV e rádio, internet), contribuindo para a urbanização ideológica, como aponta Rua (2002). A tecnicização do campo não conduz, no entanto, necessariamente à industrialização ou à urbanização física do rural, nem à urbanização ideológica, pois alguns valores rurais (ruralidades) podem ser resgatados ou reafirmados como aspectos identitários do modo de vida rural<sup>7</sup>.

Em alguns casos (condomínios residenciais no rural, instalação de uma indústria, de um complexo industrial, de um centro de convenções, entre outros) essa tecnicização pode levar à urbanização física. Como exemplo citamos uma indústria que se instala no meio rural e acaba atraindo um adensamento populacional e, conseqüentemente, infraestrutura e estabelecimentos de comércio, serviços, entre outros. Apesar desse exemplo, entendemos que a urbanização não depende da industrialização, e vice-versa. Assim, partes do rural podem ser tecnicizadas sem serem industrializadas ou urbanizadas. Da mesma forma, pode haver uma industrialização de partes do rural sem levar à urbanização deste.

Não podemos ignorar que o rural e o urbano fazem parte de algo único, contínuo e interdependente, que é o espaço geográfico. Sabendo das dificuldades e da impertinência (CARLOS, 2003) em delimitar o espaço rural do espaço urbano, autores como Carneiro (1998 e 1999) e Rua (2002 e 2005) vêm optando pela idéia de ruralidades e urbanidades como fenômenos do rural e do urbano. As ruralidades seriam objetos e ações característicos do rural, e fazem parte da identidade da população rural, enquanto as urbanidades corresponderiam a objetos e práticas de caráter urbano. Todavia, assim como o espaço urbano e rural estão imbricados, o mesmo acontece com as ruralidades e urbanidades. Além da existência de atores, objetos técnicos e ações de caráter urbano no meio rural, conduzindo a urbanidades no espaço e na sociedade rural, existem ações e objetos técnicos característicos do rural (com origem rural ou industrial-urbana) que acabam se inserindo no urbano (estilo *country*, músicas, festas, hortas), levando a ruralidades no espaço e na sociedade urbana.

## Ruralidades e urbanidades

Os conceitos de ruralidades e urbanidades vêm sendo trabalhados como referências a territorialidades de indivíduos e grupos sociais, sejam elas socioculturais, econômicas e/ou políticas, assim como a objetos e a ações característicos do espaço rural ou urbano. Objetos e ações estão, contudo, imbricados, influenciando territorialidades e também demonstrando territorialidades<sup>8</sup>. Apesar de imbricados, Souza (1995) aponta que as ações precedem aos objetos, pois, para que um objeto se materialize no espaço, são necessárias relações sociais anteriores, com intencionalidades (SANTOS, 1996) sobre a existência do objeto.

Nos referenciais teóricos em que nos fundamentamos para discorrermos sobre a ruralidade, percebemos a existência de duas correntes de interpretação. A primeira, pautada na idéia de *nova ruralidade*, vê essa ruralidade como um processo geral de revalorização do rural, revalorização que, por sua vez, vem sendo disseminada e incentivada por instituições globais, por meio de financiamentos e de políticas públicas (geralmente de cima para baixo). Essas instituições globais, como o Banco Mundial, BID, entre outras, comandadas pelos agentes hegemônicos do capital, defendem o discurso de revalorização do rural como elemento de redução da pobreza e da desigualdade social, porém têm como interesse implícito a ampliação das relações capitalistas no campo por meio de novas atividades agrícolas e não agrícolas no espaço rural.

Os pesquisadores do IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura), Echeverri e Ribero (2005), representam bem essa corrente que entende a nova ruralidade como algo já existente, simplesmente em função do interesse de instituições globais em propagar essa idéia.

Um fato culminante é a reorientação que vem ocorrendo em instituições financeiras e técnicas a serviço do desenvolvimento dos países, como o Banco Mundial e o BID, que passam atualmente por processo de revalorização do rural, cuja manifestação mais importante é a prioridade da atenção que prestam aos territórios rurais, sob as premissas do enfoque da *nova ruralidade* como estratégia de intervenção para o combate à pobreza e às seqüelas derivadas de quadro de exclusão social generalizada. (p. 15).

Echeverri e Ribero (2005) defendem a transição do planejamento setorial e centralizado para o territorial e descentralizado, porém acreditam que a economia de mercado, ao incorporar as dimensões política e ambiental, pode conduzir à ampliação de benefícios para as populações rurais, fato, em nossa opinião, altamente questionável.

Nessa perspectiva, a nova ruralidade não é algo construído socialmente pela população rural, mas mais uma idéia imposta por organismos concentradores do poder, cristalizada no discurso, porém muitas vezes não concretizada, que passa a ser utilizada e propagada por diversos pesquisadores como novos aspectos da realidade do espaço rural. Nesse sentido, há uma rápida incorporação e divulgação da retórica como se esta fosse fundamentada na realidade empírica, mostrando que teorias passam a orientar a prática sem necessariamente serem desenvolvidas com base em constatações empíricas.

Em termos de discurso, o rural não é mais o agrícola, é o campo, uma paisagem rural associada à natureza, à memória de uma sociedade camponesa, um patrimônio a preservar. Cai a lógica produtivista e vem à tona a da qualidade de vida. A nova ruralidade se torna um estilo de vida. Opondo-se ao rural agrícola homogêneo, a ruralidade torna-se o rural da diversidade; a noção de paisagem reproduz a estetização da ruralidade, associada à natureza. (LIMA, 2005, p. 45).

Lima enfatiza o discurso sobre a nova ruralidade e afirma que esta se torna um estilo de vida. Cabe, aqui, questionar se essa ruralidade é um estilo de vida para a população rural ou para a urbana, e se esta já se tornou ou deve se tornar um estilo de vida. Apesar dessas dúvidas, Lima afirma que a diversidade (de produtos, de atores e de atividades) e a natureza se apresentam como elementos da nova ruralidade.

Wanderley (2002), utilizando como referencial a realidade europeia, fala da emergência de uma nova ruralidade, em virtude das novas funções definidas para o espaço rural europeu, sendo: a agricultura, a silvicultura, a aquicultura e a pesca; atividades econômicas e culturais (artesanato, serviços, indústrias); espaço para lazer e reservas naturais; e moradia.

Apesar da existência dessa nova ruralidade na realidade empírica europeia, traduzida pelas atividades elencadas acima, foram políticas públicas da União Europeia, como a PAC (Política Agrícola Comum) de 1992 e os Programas Leader, a partir de 1994, os grandes incentivadores e disseminadores desses elementos característicos da nova ruralidade propagada na retórica oficial de instituições internacionais, supranacionais e nacionais. Resta saber se essa nova ruralidade é reflexo de ações e anseios da população rural, transformados em políticas públicas, ou se é mais um

projeto implementado *de cima para baixo*, que atinge e modifica as relações produtivas, econômicas, sociais e ambientais no espaço rural.

Demonstrando preocupação com a importação de teorias e idéias de outras realidades distantes da brasileira, Moreira (2005) tece críticas a Wanderley, no que tange à aplicação da concepção de ruralidade da Europa, no Brasil. Ao entender que a realidade dos países periféricos é bem diferente da europeia, Moreira propõe a consideração de que existem duas narrativas sobre o rural: uma pautada na realidade da modernidade europeia, e outra na das modernizações incompletas da periferia latino-americana, em especial a brasileira.

Para Moreira (2005, p. 24), o rural europeu é urbano e global. “Já tecnificado, industrializado, urbanizado e civilizado, a imagem desse rural vê o agricultor como jardineiro da natureza e como guardião do patrimônio natural e cultural a ser preservado”. Já o rural periférico, tem baixos níveis de escolaridade, saúde, e cidadania incompleta. Decorre, portanto, que não basta importar concepções de outras realidades para defender ou refutar teses sobre o desenvolvimento rural do Brasil.

Enquanto nos países europeus não se faz necessária uma reforma agrária, fica difícil pensar em um desenvolvimento rural que propicie qualidade de vida e benefícios para a população rural brasileira, sem uma profunda reforma agrária que permita reduzir as desigualdades sociais no Brasil.

A segunda corrente de abordagem da ruralidade privilegia a ruralidade como realidade empírica, construída, sobretudo por atores endógenos. Moreira (2005) prefere falar em ruralidades globais e locais, ao invés de uma nova ruralidade. As ruralidades seriam compostas por objetos, ações e representações peculiares do rural, com destaque para as representações e identidades rurais dos indivíduos e grupos sociais.

Moreira (2005) apresenta uma visão ampla de ruralidades, entendendo-as como manifestações representativas do espaço rural, traduzidas em políticas públicas, instituições, legislações, interesses, objetos técnicos e identidades características do rural. O autor se refere a ruralidades presentes na Organização Mundial do Comércio, no mercado de *commodities*, nos transgênicos, no Ministério da Agricultura e Ministério do Desenvolvimento Agrário, na bancada ruralista, no Movimento Sem-Terra, nos ambientalistas, etc. Nesse sentido, Moreira parece entender como ruralidades as

diferentes interpretações de grupos sociais e instituições sobre o rural, bem como o território de atuação/influência de cada uma dessas instituições.

Para a socióloga Maria J. Carneiro (1998), a ruralidade é um processo dinâmico de constante reestruturação de elementos da cultura local, com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas, decorrentes de novas relações cidade/campo. A ruralidade não é mais definida com base na oposição à urbanidade. Pelo contrário, a revalorização da natureza cria uma urbanidade contemporânea que revaloriza a vida no campo e a produção de alimentos saudáveis.

De acordo com Corrêa e Pieruccini (2005), a idéia de “novas ruralidades” pauta-se na reorganização dos processos produtivos próprios à lógica capitalista enquanto modo de produção. As autoras admitem que o fenômeno da “pulverização do urbano” incidiu sobre o rural. Por conseguinte, a ruralidade local se reelabora por meio das inovações de processos e produtos gestados no urbano. Apesar da mudança nas atividades desenvolvidas no espaço rural, as geógrafas entendem, no entanto, que este não perde suas particularidades, guardando especificidades em cada comunidade.

Alencar e Moreira (2005, p. 301) também apontam para a origem urbana de diversas ruralidades, ao colocar que “as ruralidades que emergem das ordenações que vêm da cidade se movem entre entusiasmo pelo progresso urbano industrial (o processo modernizador) e nostalgia do agrotadicional.”

Além de a população rural possuir suas ruralidades (que vão se modificando a partir da relação desta com as técnicas e com o urbano), a população urbana também acaba apresentando ruralidades, estas ligadas ao seu interesse pelo rural. As ruralidades dos urbanos podem ser profundamente idealizadas pela mídia e por atores interessados no rural como mercadoria, vendendo a idéia de rural como natureza, e como espaço de vida mais saudável. Da mesma forma, a mídia tem forte influência nas urbanidades dos rurais, isto é, na incorporação de valores urbanos pela população rural, seja por meio da TV (novelas, jornais, etc.), da internet ou do *marketing*.

Lima (2005) argumenta que existem elementos de ruralidade em espaços urbanos, bem como elementos de urbanidade em espaços rurais. Além disso, a interação entre urbano e rural pode reforçar a ruralidade dos urbanos, que, em nossa opinião, advém da transformação de objetos e ações característicos do rural em mercadoria. Rua (2005) considera o consumo simbólico do rural pela população urbana, ao apontar que o rural

se vê consumido como virtual antes mesmo de se tornar mercadoria, sendo incorporado em discursos políticos e midiáticos, como referência cultural para a sociedade como um todo.

Marques (2002) se remete a Kayser para comentar a força da imagem do rural, vendida, sobretudo, por atores e empresas urbanas, e traduzidas nas paisagens rurais como objeto de consumo. Por conseguinte, aumenta o interesse dos cidadãos pelo rural, fato que, por sua vez, leva a um processo de colonização do campo por parte da população urbana.

O contraste de imagens entre o rural e o urbano é reforçado ainda mais com a transformação da paisagem rural em objeto de consumo e a tendência crescente de elaboração e/ou valorização de identidades rurais para atender a exigências mercadológicas. Estas mudanças observadas de modo mais significativo em países desenvolvidos como a França levam à passagem da imagem do campo ligada à produção, à atividade agrícola, para a imagem-consumo. O olhar torna-se mais importante que o fato econômico, o campo é hoje uma paisagem em primeiro lugar. (KAYSER 1990 apud MARQUES, 2002, p. 103).

Além da influência da população urbana nos espaços rurais, Marques (2002) ressalta que as possibilidades de desenvolvimento de qualquer comunidade rural dependem dos laços que ela mantém com centros urbanos, particularmente com as cidades de sua própria região. É preciso, portanto, além do consumo simbólico e material do campo por parte dos habitantes das cidades, ater-se a outras relações econômicas e políticas estabelecidas entre o rural e o urbano.

Ao entender que o conceito de ruralidade é insuficiente para apreender a entrada de valores, ações e objetos de caráter urbano no espaço rural, e ao questionar a existência de um amplo processo de urbanização física do campo, Rua (2002 e 2005) desenvolve suas reflexões em torno do conceito de urbanidades. Conforme o pensamento do geógrafo brasileiro, tanto a urbanização física como a urbanização ideológica no campo levam ao estabelecimento de urbanidades no espaço rural. Não podemos entender a ruralidade somente a partir da penetração do mundo urbano-industrial no rural (urbanização física), mas também do consumo pela sociedade urbano-industrial, de bens simbólicos e materiais e de práticas culturais que são reconhecidas como próprias do mundo rural. (RUA, 2005).

As “urbanidades do rural” seriam todas as manifestações do urbano em áreas rurais sem que se trate esses espaços formalmente como urbanos. O conceito de urbanização rural dificulta a compreensão dos processos em curso, enquanto a idéia de “novas ruralidades” parece enfatizar a força do rural

diante do urbano, que comanda o processo de reestruturação espacial. (RUA, 2002, p. 34).

Rua atribui o comando da produção e transformação do espaço ao espaço urbano, fato questionado por Alentejano (2003). Nesse debate, entendemos que é preciso identificar e apreender o papel, as ações e as intencionalidades, tanto dos atores rurais quanto dos urbanos na produção do espaço rural, para, então, verificar até que ponto o urbano condiciona as transformações no campo. Independente desse debate, achamos pertinente a proposta de urbanidades de Rua, pois, se existem ruralidades, também existem as urbanidades.

Moreira (2005, p. 19) ressalta que “a identidade rural requer a existência do não-rural. Nesse sentido, as ruralidades só podem existir e serem pensadas a partir de suas relações com algo que a cultura significa como não-rural”, ou seja, o urbano, as urbanidades.

Para Rua (2002, p. 41), “as urbanidades são constituídas por uma enorme gama de manifestações que vão desde a melhoria da infra-estrutura e dos meios de comunicação até a aposentadoria e novas formas de lazer”. A proposta de urbanidades busca abarcar o pluralismo, de modo que o turismo e o veraneio, a pluriatividade, os movimentos organizados e as reivindicações dos habitantes rurais vão confirmar a expansão das urbanidades nas áreas rurais.

O autor parece ir além da idéia de ruralidade/urbanidade como exclusiva da dimensão identitária, pois inclui objetos técnicos, e novas atividades agrícolas e não agrícolas como condutoras de urbanidades. Ocorre, contudo, que estes objetos e ações modificam a percepção da população rural, suas representações do rural, podendo alterar suas identidades rurais. Assim, Rua atribui as urbanidades a novas territorialidades.

Na visão de Rua (2005), as urbanidades no rural não se apresentam como oposição às ruralidades, mas se integram às novas ruralidades apontadas por Carneiro. Rua (2005) e Carneiro (1998 e 1999) privilegiam a dimensão identitária das ruralidades e urbanidades, entendendo-as como territorialidades. Mesmo assim, Carneiro também aponta para o material como elemento fundamental das ruralidades, pois os objetos técnicos rurais contribuem para a identidade dos indivíduos em relação ao espaço rural.

As considerações sobre a importância dos objetos/materialidade, como elementos representativos de ruralidades e urbanidades, unidos à dimensão simbólica e identitária, nos conduzem a entender que as ruralidades e urbanidades são decorrentes tanto do material, com dos objetos técnicos característicos do urbano ou do rural, quanto dos valores subjetivos em relação ao que caracteriza o urbano e o rural.

Ao carregarem consigo referências de ruralidades e/ou de urbanidades, os objetos técnicos influenciam a percepção de indivíduos e de grupos sociais sobre o que é rural e urbano. Um objeto técnico (parabólica, TV a cabo, internet) pode conduzir a novas territorialidades, tanto na população urbana, mas principalmente nos rurais. Essas novas territorialidades podem ser ruralidades ou urbanidades, e levar à aquisição de novos objetos técnicos (de caráter rural ou urbano), podendo gerar um processo de mudança de percepção e comportamento dos indivíduos e famílias. Apesar de se manifestarem no concreto, as ruralidades e urbanidades estão, no entanto, profundamente vinculadas às territorialidades dos indivíduos e dos grupos, pois, como já explanamos, antes da existência de qualquer objeto técnico, é preciso ter havido alguma ação.

Outro aspecto a destacar diz respeito à diferença entre a territorialidade sociocultural / identitária (vinculada às relações sociais de um indivíduo e ao sentimento de pertencimento a um grupo ou espaço) e a territorialidade econômica e política, que corresponderia à área de influência/atuação de um indivíduo, grupo ou firma. Um agricultor possui tanto uma territorialidade identitária/cultural como uma territorialidade econômica/política. Já uma instituição ou firma não costuma possuir essa territorialidade cultural, mas, sim, uma territorialidade econômica/política determinada pelas suas relações comerciais e seu espaço de influência.

Rua (2005) também utiliza o conceito de multiterritorialidade, trabalhado por Haesbaert (2004), ao entender que cada indivíduo possui múltiplas territorialidades decorrentes de sua vivência, que conduzem a diversas representações e identidades em relação ao espaço e aos territórios. Assim, todos nós teríamos uma multiterritorialidade<sup>9</sup>, que é subjetiva, e, nesta, existiriam ruralidades e urbanidades.

## Considerações Finais

A tecnicização do espaço rural e o maior interesse da sociedade urbana pelo rural aumentaram a heterogeneidade técnica e social desse espaço, de modo que os interesses e os projetos sobre o rural não se originam exclusivamente do mesmo espaço. Partindo do princípio de que esses projetos e interesses no rural sempre estiveram ligados de alguma forma à lógica de acumulação capitalista, podemos afirmar que, com o aumento do interesse do capital pelo rural nos dias atuais, a racionalidade técnica hegemônica invade e condiciona a dinâmica do espaço rural.

Então, o processo de tecnicização do espaço rural é decorrente da expansão da territorialização do capitalismo no campo, iniciado com a agricultura e pecuária, e que hoje incorpora outras atividades não agrícolas, como o lazer e o turismo. Essa tecnicização conduz à inserção de ações e de objetos técnicos (da indústria, do lazer, dos serviços, do agronegócio), geralmente concebidos, produzidos e vendidos a partir de uma racionalidade técnica e urbana.

Com a tecnicização do rural, aumenta a coexistência entre objetos e ações que, tradicionalmente, são característicos do rural ou do urbano, de modo que como procuramos argumentar, fica cada vez mais difícil separar o espaço geográfico entre rural e urbano de forma estanque. Considerando que o espaço geográfico é um híbrido, achamos pertinente o uso dos conceitos de ruralidades e urbanidades, manifestados como territorialidades (ações) e concretizados no espaço por meio de objetos entendidos pela sociedade como característicos do rural ou do urbano.

O apego à terra, às atividades agropecuárias, o modo de vida rural, o vínculo com as plantas e animais, o jeito de falar, o orgulho por ser do campo, entre outros fatores, corresponderiam a territorialidades da população rural, e, portanto, a ruralidades. Já as ruralidades dos urbanos seriam aspectos que a população urbana percebe como identitários do rural. Estas podem ter origem em vivências passadas dos cidadãos no espaço rural, ou na atual valorização e idealização do rural pela mídia e por outros atores urbanos. O estilo *country*, os rodeios, a música “sertaneja”, a busca de lazer e diversão no meio rural (cavalgadas, hotéis-fazenda, esportes radicais) seriam condutores de ruralidades aos urbanos, porém são aspectos promovidos e organizados por atores e firmas urbanas.

De forma geral, as ruralidades dos urbanos estariam ligadas à utilização do rural como mercadoria, manifestadas na busca idealizada de um rural/natureza, bucólico e tranquilo, onde a vida é mais devagar, mais saudável e sem *stress*. Diversos indivíduos possuem, contudo, algum laço familiar com o rural, que também leva à existência de ruralidades. Por outro lado, os urbanos valorizam o rural como paisagem, e buscam um rural sem os inconvenientes tradicionais do campo (mau cheiro, insetos, sujeira, animais peçonhentos, trabalho pesado), e com o máximo de conforto das cidades (infra-estrutura, boas estradas, TV, internet, piscina, ar condicionado, etc.). É de se entender, portanto, que existe uma diferença entre as ruralidades “reais” e as ruralidades idealizadas pela mídia, pelos empresários e pelos políticos, que influenciam a percepção dos habitantes urbanos, atraindo-os para o consumo do espaço rural. Não obstante o interesse da população urbana, de firmas e de novos atores sociais pelo rural, complexifica-se o espaço rural, pois traz novas técnicas (objetos técnicos, atividades e outras ações).

Na mesma linha de análise, as urbanidades seriam aspectos identitários do espaço urbano, presentes na percepção de indivíduos e grupos sociais, sobretudo urbanos, mas também rurais. Nos habitantes das cidades predominam as urbanidades e nos do campo, as ruralidades, porém, assim como os urbanos podem apresentar ruralidades, os indivíduos e grupos rurais podem ter territorialidades urbanas (urbanidades). O ritmo de vida determinado pelo relógio, o individualismo, a competitividade, a poluição sonora e visual, poderiam ser interpretados como urbanidades dos urbanos. O uso de tecnologias no campo, a influência da mídia e da televisão, a valorização da estética e da aparência, e a migração para as cidades, seriam exemplos de urbanidades que atingem a população rural.

Tanto a corrente defensora da nova ruralidade como algo existente a partir do interesse de instituições do capitalismo global em novos mercados presentes no rural, quanto a corrente das ruralidades e urbanidades como territorialidades sociais locais, destacam e emergência de novas atividades (agrícolas e não agrícolas).

A partir do crescimento das atividades não agrícolas no campo, intensificam-se as relações e a interdependência entre o urbano e o rural, e, por conseguinte, as urbanidades e as ruralidades. Essa nova dinâmica do espaço rural é significativa, pois o

rural se tecniciza, levando ao crescimento de famílias rurais pluriativas, ou seja, que combinam atividades agrícolas e não agrícolas autônomas e/ou assalariadas.

Portanto, os conceitos de ruralidades e urbanidades, inseridos no debate em torno do rural contemporâneo procuram incorporar as novas dinâmicas presentes na configuração do espaço geográfico. Contudo, em virtude do uso recente de tais conceitos, faz-se necessário intensificar as reflexões teóricas e as aplicações empíricas destes, no intuito de verificar sua contribuição para a interpretação dos processos que permeiam o espaço rural.

### Notas:

---

<sup>1</sup> O conceito de urbanização ideológica é atribuído a Lefebvre (RUA, 2005).

<sup>2</sup> Apesar de acharmos pertinente o conceito atribuído por Lefebvre, preferimos trabalhar com a idéia de tecnicização como mais ampla que a de urbanização. Esta será desenvolvida posteriormente.

<sup>3</sup> O termo Revolução Verde é atribuído ao processo de tecnicização da agricultura ocorrido após a Segunda Guerra Mundial, em virtude dos avanços científicos no que tange à mecanização e à quimificação de etapas da produção agropecuária. Ao mesmo tempo em que a Revolução Verde permitiu aumentar a produtividade e reduzir a força de trabalho e as adversidades nos cultivos (ao combater pragas), esta foi fundamental para ampliar a dependência dos agricultores em relação ao uso de máquinas e defensivos, bem como para reduzir a autonomia dos agricultores familiares, haja vista a concentração de terras e de riqueza nas mãos das empresas detentoras das tecnologias direcionadas à agricultura e pecuária. Iani (1996) afirma que a industrialização do mundo agrário já era evidente no séc. XIX e acelerou-se muito no séc. XX, tendo o período pós-segunda guerra mundial, intensificado e generalizado a presença e importância das corporações transnacionais na agricultura e pecuária.

<sup>4</sup> Essa proximidade com a natureza depende muito das representações sociais sobre o que é “natureza”.

<sup>5</sup> Os neo-rurais correspondem a indivíduos que viviam nas cidades e passam a buscar o campo como espaço de residência, em função, sobretudo, da tranquilidade e da proximidade com a “natureza”. RUA (2005) entende que os neo-rurais são fundamentais para a urbanização do campo.

<sup>6</sup> Existem representantes políticos que vêm do meio rural, atuam para a defesa de interesses relacionados ao rural, sobretudo ao setor agropecuário, e geralmente são eleitos por pessoas que residem e/ou possuem vínculos com o espaço rural. Da mesma forma, existem representantes políticos do urbano e de seus interesses, representantes de outras classes (políticas, econômicas e sociais), e aqueles não necessariamente vinculados ao espaço urbano ou rural.

<sup>7</sup> Sabemos que essa valorização do rural pode ter origem no campo ou nas cidades, e estar vinculada ao interesse dos cidadãos por experiências diferentes da rotina, e à busca de lucro com o rural. Mesmo acreditando na forte influência da urbanização ideológica frente essa busca pelo rural, não podemos generalizá-la para todos os casos, pois podem existir ações direcionadas à afirmação de identidades rurais, sem objetivar atrair lucros e pessoas da cidade.

<sup>8</sup> Para Souza (1995), os espaços concretos (objetos) são substratos materiais da territorialidade.

<sup>9</sup> Haesbaert (2004) destaca que, nos indivíduos com maior poder aquisitivo, a multiterritorialidade é mais complexa e abrangente, pois estes podem se deslocar facilmente pelos territórios. No entanto, todos os indivíduos passam por processos de des-re-territorialização em suas vidas, fato que os leva a possuírem múltiplas territorialidades. Assim, a multiterritorialidade se apresenta para cada indivíduo em graus diferentes.

## Referências

ALENCAR, C. M. M. de ; MOREIRA, R. Campo e cidade metropolitanos: uma noção inteira para pensar o desenvolvimento humano contemporâneo. In: MOREIRA, Roberto J. (Org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 295-316.

ALENTEJANO, P. R. As relações cidade-campo no Brasil do século XXI. **Terra Livre**, São Paulo, v.2, n.21, p. 25-39, jul/dez. 2003.

CARLOS, A. F. A. Seria o Brasil "menos urbano do que se calcula?". **GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 13, p. 179-187, 2003.

CARNEIRO, M. J. Introdução. In: MOREIRA, Roberto J. (Org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 9-14.

CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, Luiz F. de C.; MOREIRA, Roberto J.; BRUNO, Regina. (Org.) **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 325-344.

CARNEIRO, M. J. . Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 11, p. 53-75, 1998. Disponível em <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/downlo/rurbzeze.html>>

CORREA, W. K. E; PIERUCCINI, M. A. Uma nota sobre urbanidades e ruralidades no município de Cascavel. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (ANPEGE), 6, 2005, Fortaleza. **Anais...**, Fortaleza, CE: ANPEGE. 2005 .CD-ROM.

ECHEVERRI, R. ; RIBERO, M. P. **Ruralidade , territorialidade e Desenvolvimento Sustentável: visão do território na América Latina e no Caribe**. Brasília: IICA, 2005.

FREITAS, I. A. de. Novas formas de turismo no Rio de Janeiro: o exemplo da rodovia Teresópolis-Nova Friburgo. In: MARAFON, G. J. ; RIBEIRO, M. F. (Org.). **Estudos de Geografia Fluminense**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook , 2002. p. 87-95.

GRAZIANO DA SILVA, J. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.l. 15, n. 43, p. 43-50, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, J. O Novo Rural Brasileiro. **Revista Nova economia**, Belo horizonte. n. 7, v. 1, p. 43-81, maio 1997. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/congrsem/rurbano7.html>>

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400p.

IANNI, O. Nação: província da sociedade global? In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. (Org.) **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: ANPUR/HUCITEC/Annablume, 2002. p. 77-84.

IANNI, O. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

LIMA, E. N. Novas ruralidades, novas identidades. Onde? In: MOREIRA, Roberto J. (Org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 41-65.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**. São Paulo, v. 2, n. 19, jul/dez. p. 95-112, 2002.

MOREIRA, R. J. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. In: MOREIRA, R. J. (Org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 15-41.

RODRIGUES, A. B. (Org.) **Turismo rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001.

RUA, J. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 45-66, 2005.

RUA, J. Urbanidades e novas ruralidades no Estado do Rio de Janeiro: algumas considerações teóricas. In: MARAFON, G. J. ; RIBEIRO, M. F. (Org.). **Estudos de Geografia Fluminense**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook, 2002. p. 27-42.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.; GOMES, P. C. ; CORRÊA, R.L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

WANDERLEY, M. N. Territorialidade e ruralidade no nordeste: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: SABOURIN, E. ; TEIXEIRA, O. N. (Org.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: Embrapa informação tecnológica, 2002. p. 39-52.

WANDERLEY, M. N. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, p. 87-145, out.2000.